

.....

(Trans)gredindo a invisibilidade social rumo à representação política: cultura política, rechaça à democracia e sub representação de transexuais e travestis no Brasil contemporâneo¹

Joscimar Silva²
Hárllen Eric Castro³
Reidson Fontes⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil a partir de uma visão interdisciplinar entre a ciência política, sociologia e a psicanálise. O método utilizado para o estudo foi uma revisão bibliográfica com foco na sub representação política com a análise dos valores de cultura política e da rechaça à diferença que reflete nos resultados de representação descritiva nessas candidaturas e nos resultados eleitorais. Com base nos dados disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), constatou-se 429 candidatas nas eleições de 2014 a 2020, pequena parte dessas que só foram eleitas na esfera municipal para o cargo de vereadora e nunca em eleições nacionais, nem para cargos executivos. Explica-se esse fenômeno a partir da LGBTfobia estrutural, violência presente na cultura política tradicional que legitima à rechaça à diferença e dificulta a representação política de diversos grupos

¹ Uma versão parcial deste trabalho foi apresentado em forma de resumo expandido no I CRIM/UFMG - Gênero, Feminismos e Violência, organizado pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes contra a Mulher, da Universidade Federal de Minas Gerais, realizado nos dias 23 a 27 de agosto de 2021.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É professor substituto da graduação em Ciência Política e professor colaborador do Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e coordenador adjunto do Grupo LATICOM - Comunicación Política y Comportamiento Electoral, da Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Pesquisador no Grupo Opinião Pública e no Centro de Pesquisa em Política e Internet, ambos na UFMG. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX-CAPES). Foi pesquisador visitante no Instituto Tecnológico Autônomo de México. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Antonio Lavareda promovido pela Associação Latinoamericana de Investigadores en Campañas Electorales (ALICE). Atuou como Coordenador geral e Consultor no mercado de pesquisas de Opinião Pública. Tem experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação política, internet e política, comportamento político e opinião pública. E-mail: joscimar144@gmail.com.

³ Bacharelado em Psicologia pela UniFG. Integrante do GEPS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental. Linha de Pesquisa: Saúde mental e pandemias. Membro da LAP - Liga Acadêmica em Psicopatologia do Centro Universitário FG (UniFG). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Neuropsicologia - GENEPsi (UniFG). Também é membro do Grupos de Estudos Marxistas – GEM da UniFG, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia da saúde e hospitalar (GEPPSAH) da UniFG, e do Grupo de Pesquisa IP - Informação Pública, vinculado a Universidade Federal do Piauí – UFPI. Linha de pesquisa: Comunicação política e opinião pública. Além da graduação, atualmente está se especializando em psicologia organizacional e do trabalho, e ainda, realizando estágio não obrigatório em reabilitação neuropsicológica. E-mail: harllenbc171@gmail.com.

⁴ Graduando em Administração, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Integrante do grupo de pesquisa IP - Informação Pública, na linha de pesquisa de comunicação política e opinião pública, pela UFPI. E-mail: reidsonfontes.rf@gmail.com.

subalternos como negros, mulheres, indígenas e outras minorias sociais e políticas, ou seja, uma rechaça à democracia.

Palavras-chave: Comportamento político. Eleições. Psicanálise aplicada.

Transgresser l'invisibilité sociale vers la représentation politique: culture politique, rejeter la démocratie et sous représentation des transsexuels et transvestis dans le Brésil contemporain

Résumé

Cet article vise à analyser les candidatures de travestis et de femmes transsexuelles aux élections 2014-2020 au Brésil dans une perspective interdisciplinaire entre science politique, sociologie et psychanalyse. La méthode utilisée pour l'étude était une revue de la littérature centrée sur la sous-représentation politique avec l'analyse des valeurs de la culture politique et le rejet de la différence qui se reflète dans les résultats de la représentation descriptive dans ces candidatures et dans les résultats électoraux. Sur la base des données fournies par l'Association nationale des travestis et transsexuels (ANTRA), 429 candidats ont été trouvés aux élections de 2014-2020, dont une petite partie n'ont été élus qu'au niveau municipal pour le poste de conseiller et jamais aux élections nationales, ni pour les postes de direction. Ce phénomène s'explique par la LGBTphobie structurelle, violence présente dans la culture politique traditionnelle qui légitime le rejet de la différence et entrave la représentation politique de divers groupes subalternes tels que les noirs, les femmes, les peuples autochtones et autres minorités sociales et politiques, c'est-à-dire un rejet de la démocratie.

Mots-clés: Comportement politique. Élections. Psychanalyse appliquée.

.....

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, muito se foi discutido sobre questões voltadas à sub-representação política de grupos sociais subalternos por disciplinas como sociologia e ciência política. No Brasil, assim como na grande maioria das democracias representativas ocidentais, as instituições políticas são dirigidas por sujeitos pertencentes a grupos sociais dominantes, isto é, a uma norma: homens-cis, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta.

Na teoria sobre representação política o problema das minorias sempre foi um desafio respondido de forma insuficiente (PITKIN, 2006). Como alternativa para o problema das minorias nas democracias contemporâneas surgem ao menos duas proposições: a inclusão a partir de mecanismos institucionais participativos ou a via de luta por reconhecimento dos sujeitos sociais. Esses dois aspectos podem ser resumidos na concepção de reconhecimento público (e de poder) dos sujeitos sociais em situação de sub-representação.

Embora haja críticas ao princípio do reconhecimento de forma isolada, independente da luta por justiça redistributiva, também se defende que a luta por reconhecimento deve andar junto à luta por redistribuição (FRASER, 2006). Nos estudos sobre sub representação de minorias políticas encontramos frequentemente uma análise com ênfase na redistribuição, ou seja nas soluções de reserva de vagas (cadeiras) em parlamentos ou cotas de candidaturas para grupos minoritários no acesso à representação política institucional.

Nessa perspectiva, acreditamos ser fundamental explorar um outro aspecto que os dados sobre sub-representação não nos revela: os valores que fundamentam essa sub-representação. Para o estudo dos valores fundamentamos esse trabalho de forma interdisciplinar sob dois olhares a partir da inserção do indivíduo na sociedade: o dos valores de cultura política (expressos individualmente e agregado coletivamente a partir das respostas a *surveys* nas pesquisas de opinião) e o das repulsas às diferenças individuais que rejeita as pessoas que são consideradas fora da norma para a representação política. Dessa forma, tentamos dialogar nesse trabalho dados descritivos sobre a sub-representação de travestis e mulheres transexuais, os valores de cultura política e a teoria psicanalítica sobre a rechaça à diferença e à democracia que lançam luz sobre a sub representação política.

Nos últimos anos, constatou-se na política brasileira uma maior ascensão de parlamentares e demais lideranças políticas conservadoras, reacionárias e até mesmo neofascistas, ligados a grupos religiosos, a correntes conservadoras históricas e sob influência da nova direita ou direita alternativa (*alt-rights*) a nível internacional (CEPEDA, 2018; GALVÃO, 2019; TELLES, 2018). Em suas bandeiras políticas, defendem a perseguição de qualquer reconhecimento e/ou garantia de direitos às pessoas LGBTQ+ (SANTOS, 2016)⁵.

Todavia, é justamente nesta conjuntura de maior visibilidade pública e maior repúdio às instâncias conservadoras e religiosas, fundamentadas em preceitos LGBTQfóbicos, que visualizamos o aumento de candidaturas assumidamente LGBTQ+ no Brasil. Nas eleições municipais de 2020, a título de exemplo, foram 590 candidaturas, e, dentre estas, 112 pessoas LGBTQ+ foram eleitas⁶.

Para a psicanálise toda norma é perigosa, pois tende a universalizar um conjunto de características, tidas como esperadas, na tentativa de eliminar outras compreendidas como

⁵ Tem-se a eleição do Bolsonaro, em 2018, como um exemplo deste fenômeno.

⁶ GAY BLOG BR. 112 LGBTQs foram eleitos prefeitos ou vereadores em 2020. Disponível em: <https://gay.blog.br/politica/108-lgbts-foram-eleit-os-prefeitos-ou-veredores-em-2020/>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

inapropriadas, ou seja, incompatíveis à norma delimitada, para que, assim, todos se adequem ao padrão que é imposto por uma “maioria” (VERZTMAN; FERREIRA, 2020).

Assim, este domínio do homens-cis, branco, heterossexual, de classe média e/ou alta é compreendido como o principal motivo para que comunidades social e politicamente marginalizadas, invisibilizadas, negligenciadas e violentadas tenham dificuldades na contemplação de suas necessidades (SANTOS, 2016).

Ademais, tal norma evidenciada e defendida nas instituições representativas seria a principal causa das denúncias feitas pelos grupos sociais subalternos (como as travestis e mulheres transexuais - população foco deste trabalho) à falta de uma igualdade política descritiva e substantiva na conjuntura política e representativa do Brasil. É justamente neste contexto que se é elucidado o ativismo político LGBT+, como também a ascensão de travestis e mulheres transexuais no campo político brasileiro, como forma de (trans)gredir tal normativa que tanto invisibiliza, violenta, subjuga e mata os seus corpos a cada 26 horas neste país que é, em sua estrutura, LGBTfóbico (GGB, 2020).

Ante a essa conjuntura política, faz-se, então, uma pergunta base para este trabalho: como as candidaturas de travestis e mulheres transexuais no campo representativo político no Brasil contemporâneo refletem a rechaça à democracia? Diante disso, tem-se como objetivo deste trabalho discutir teoricamente sobre a rechaça à diferença presente na cultura política brasileira que afeta grupos minoritários em poder político dificultando a sua ascensão aos espaços institucionais da representação política. Para elucidar esse debate analisamos a conjuntura de candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil, a partir de dados secundários coletados por meio dos índices apresentados pelo mapeamento das candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A discussão será realizada a partir de uma *com-versa* entre a ciência política, sociologia e a psicanálise. Versar, do latim *versare*, significa voltar, revirar. *Com-versar* seria então um *versar-com*, que permite ao mesmo tempo estudar, revirar, considerar uma visão, aqui interdisciplinar, sobre o fenômeno foco deste estudo.

Este trabalho trata-se de uma ensaio a partir de leituras da Ciência Política, da Sociologia e da Psicanálise, buscando principalmente nesta última uma resposta às inquietações que permeiam os debates no Grupo de Pesquisa ao qual estamos vinculados. Por outro lado, buscamos elucidar nossa inquietação teórica com dados descritivos sobre as candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil, por meio dos índices

apresentados pelo mapeamento das candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans, com base em dados secundários coletados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Ressalta-se que, este trabalho descritivo se faz relevante, pois não há dados organizados sobre a representação de travestis e mulheres transexuais, nem o reconhecimento dessas categorias de candidaturas nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ausência dessa informação já reflete um modelo de sociedade que não reconhece a diversidade sexual existente e nem considera os grupos minoritários em poder político enquanto capazes de disputarem a representação. Ou seja, a principal instituição que define os procedimentos principais da democracia representativa no Brasil não reconhece travestis e transexuais enquanto sujeitos políticos que possam concorrer às eleições reafirmando as suas identidades.

O olhar que orienta a nossa análise é, portanto, interpretativo dessa realidade a partir da perspectiva dos estudos de cultura política e da psicanálise, partindo do pressuposto da necessidade de reconhecimento das pessoas transexuais e travestis enquanto cidadãs inseridas em um contexto de cultura política marcada por valores tradicionais e de sobrevivência que desconsidera as identidades e subjetividades (INGLEHART, WELZEL, 2009; CARBALLO, MORENO, 2013) em meio a uma sociedade potencialmente antidemocrática (WINNICOTT, 1999).

Na seção seguinte (2) o texto traz uma breve revisão sobre a democracia e a cultura política no Brasil. A seção 3 revisa sobre a travestilidade e a transexualidade a partir da teoria psicanalítica e apresenta o debate sobre a psicologia do antissocial e a rechaça à democracia e à diferença a partir da teoria winnicottiana. A seção 4 apresenta e discute os resultados, apontando breves considerações finais e outras possibilidades de análise da diferença.

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Alguns teóricos do minimalismo democrático afirmam que o instituto da democracia representativa e competitiva é um procedimento para escolha de lideranças (SCHUMPETER, 1989). Porém, a democracia representativa é um pouco mais que isso, pois pode produzir resultados secundários a partir da rotineira prática de eleições e da participação cidadã no processo de seleção de representantes políticos (BOBBIO, 1986; URBINATI, 2006).

É da prática democrática adquirida com a experiência nesse regime político e da aplicação das "regras do jogo" que a democracia sobrevive (DAHL, 1989). Porém, a representação carece de algo mais que as eleições, pois o sentir-se representado é mais que

escolher entre opções dadas e a democracia representativa precisa possibilitar que as diferentes minorias sociais se sintam partícipes dos seus processos e resultados (PITKIN, 2006). Isso remete à uma necessidade de implicação, no sentido freudiano, compartilhado por Adorno, de se pensar nas contingências sociais dos sujeitos que somos e da sociedade onde estamos inseridos. (LIMA, 2012; ADORNO, 2005; FREUD, 2020).

Diferentes sociedades têm padrões distintos de cultura política, podendo estes serem mais ou menos tolerantes, mais ou menos inclusivos, mais ou menos comunitários, mais ou menos hierarquizados ou ainda mais ou menos violentos com as minorias diferentes. Essas diferenças afetam diretamente o cenário da representação política. Em sociedades com padrões de cultura política mais tolerantes, mais inclusivos, mais comunitários, menos hierarquizados e menos violentos com as minorias sociais, isso será refletido nos espaços do poder político através da eleição de representantes das minorias sociais, possibilitando que não sejam minorias políticas sem voz nas decisões da vida coletiva (ALMOND, VERBA, 1963; CARBALLO, M.; MORENO, 2013; INGLEHART, WELZEL, 2009; PUTNAM, 1996).

Tratando apenas da representação política (sem desprezar o papel fundamental da participação cidadã em espaços não eleitorais) compreendemos que o sentir-se representado não perpassa apenas pelo poder de escolha entre as opções dispostas pelos partidos políticos, mas também reflete um processo subjetivo de identificação que inclui fatores possíveis de serem mensurados objetivamente (ideologia partidária, classe social, grupo étnico-racial) e fatores só compreensíveis de maneira subjetiva (características discursivas e físicas exaltadas por candidatos e candidatas) (CHERESKY, 2015; MANIN, 1995; RICO, 2008). É sobre essas características subjetivas que esse trabalho se dedica para compreender a sub representação política.

Diferente dos argumentos liberais modernos que vão se conformar como os teóricos da democracia representativa liberal, não é a racionalidade a única manifestação presente no que se convencionou chamar de representação política. A representação política passa por frequentes mutações de formato e mesmo de atribuição de significado (CHERESKY, 2015; MANIN, 1995; PITKIN, 2006; SAWARD, 2006). Também, as razões de legitimação da pessoa representante perpassam por fatores de profunda subjetividade e percepções das quais as pesquisas em opinião pública pouco conseguem captar (McGRAW, 2003; KITSCHOLT, 2000).

É a partir dessa compreensão da fluidez da composição do quadro da representação que, sob a ótica da opinião pública, esse artigo busca na teoria psicanalítica da rechaça à diferença e

à democracia subsídios para analisar a sub representação política de mulheres transexuais e travestis no Brasil, dentro do contexto de cultura política tradicional que define a norma idealizada para o perfil de representantes políticos.

TEORIA PSICANALÍTICA E A RECHAÇA À DIFERENÇA: UM DEBATE SOBRE A TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

Desde os primórdios da psicanálise, Freud a posiciona diante da impossibilidade de uma definição do masculino e feminino, desvinculando a sexualidade tanto da anatomia quanto das representações culturais. Diante disso, entende-se que essa teoria possui uma visão subversiva e não normativa sobre as questões ligadas à identidade de gênero, orientação sexual e posição sexuada tomadas pelo sujeito ao longo de sua vida.

Em seu texto *Os três ensaios sobre a sexualidade* Freud (1976), contrariando o pensamento de sua época, apontou para uma diversidade pulsional ao constar que não há um único objeto sexual como fonte de satisfação para o sujeito e que a sexualidade humana, isto é, a *pulsão* sexual possui um único objetivo - a sua satisfação, ao menos parcial. Assim, não haveria uma naturalidade quando se diz sobre a sexualidade humana, mas sim uma desnaturalização, pois enquanto seres inseridos no campo da linguagem, os humanos não são regidos por uma lógica instintual, mas sim pulsional - contínua e plural.

Nessa perspectiva, se a sociedade e o (cis)tema postula e impõe uma norma sobre o corpo e a sexualidade humana correlacionando o sexo (biológico) com o gênero (cultural), a escolha do objeto (homo, bi, pan, heteto, etc.) e a posição subjetiva do sujeito, a psicanálise realiza uma (trans)gressão dessa normativa ao postular que esses fenômenos são independentes entre si - não havendo, assim, equivalências entre eles (QUINET, 2020). Logo, ambos os fatores podem se dialetizar e se expressar em cada sujeito de maneira única e subjetiva. Portanto, para a psicanálise a travestilidade e a transexualidade, assim como qualquer outra expressão de orientação sexual e identidade de gênero, seriam uma maneira subjetiva de existir no mundo, e não uma patologia ou uma desordem como prescrevem as postulações cisheteronormativas.

Portanto, há algo que é específico à psicanálise para se compreender a travestilidade e transexualidade: o sujeito nasce com um corpo e, na medida em que esse corpo é erotizado pelo discurso do outro, ele é explorado, conhecido e expresso para o mundo de maneira singular (ASSUAR; POLISTCHUCK, 2019).

Na contemporaneidade, o que se chama de travestilidade e transexualidade é uma grande variedade de fatores que podem ir desde a transformação corporal através de atos

cirúrgicos e hormonais de uma gênero para outro, até a simples mudança do registro civil (QUINET, 2020). Infelizmente, por consequência do ideal cisheteronormativo, muitos acabam por patologizar, segregar e discriminar tais identidades, pois estas seriam compreendidas como algo imoral, ou seja, um fator que contraria os valores pré-determinados socialmente.

No Brasil, essa hostilização dos corpos e identidades travestis e transexuais são consequência de uma LGBTfobia estrutural. Nesse sentido, atos de violência contra pessoas LGBT seriam algo tão normalizado nesse país que acabariam sendo aceitos sem o devido questionamento. Pesquisas apontam o Brasil como o país que mais mata LGBTs no mundo. É sabido que a cada 26 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia no país. Além disso, o Brasil é o país que ocupa a liderança de casos de mortes contra travestis e transexuais no mundo (GGB, 2020; ILGA, 2019; TRANSGENDER EUROP, 2016).

Desse modo, o que se percebe é que pessoas travestis e transexuais sempre existiram e sempre foram, e ainda são, discriminadas, excluídas, marginalizadas, invisibilizadas, violentadas e assassinadas em todos os âmbitos sociais, como na política e em suas instituições representativas, especialmente em contextos onde predominam os valores de cultura política tradicionais. A rechaça à diferença e a violência contra travestis e transexuais é reforçada sobretudo por parlamentares e outras lideranças políticas conservadoras, reacionárias e até mesmo neofascistas que através de comportamentos de rechaça ao diferente tentam tamponar suas próprias faltas, como um escudo à seus ideais narcísicos frágeis, uma vez que reconhecer a diferença, isto é, a falta no outro, seria reconhecer também a sua própria. Conforme Winnicott (2000) esse comportamento de não reconhecimento do outro e de sua diferença subjetiva seria uma das características de uma tendência antissocial. Tendência esta que seria um entrave para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, conformando a rechaça à diferença como rechaça à democracia, que pressupõe a existência, a tolerância e o respeito à diversidade.

Para Winnicott uma sociedade democrática é uma sociedade madura, isto é, composta por uma quantidade significativa de sujeitos saudáveis, que sabem lidar consigo mesmo e com a alteridade (e a sua diferença). No entanto, evidencia-se que nem todos que estão imersos à sociedade são saudáveis, havendo também uma parcela de indivíduos incapazes de contribuir para o bem-estar social – são estes os considerados por esse autor como sendo anti sociais e anti-indivíduos.

Conforme esse psicanalista, a tendência antissocial estaria ligada a ruptura vivenciada pelo sujeito de seu cuidador primário, em geral, a mãe (figura de apego que pode ser lida tanto de modo literal quanto de modo figurado, representando algum elemento social). De modo

geral, para esse psicanalista os sintomas anti sociais seriam advindos da deprivação sofrida pela criança num determinado momento de sua vida, no qual ela já possui condições maturacionais de identificar que a falha/separação ocorrida é originada pelo ambiente, isto é, que esse fenômeno seria algo externo a ela e à sua relação com o seu cuidador primário (WINNICOTT, 2000).

Como elucidado por suas próprias palavras: “Na base da tendência antissocial existe uma experiência inicial boa que foi perdida. Com toda a certeza, um dos aspectos essenciais é a de que o bebê tenha alcançado a capacidade de perceber que a causa do desastre foi devida a uma falha do ambiente” (WINNICOTT, 2000, p. 415).

Assim, a atitude antissocial corresponderia para Winnicott a uma tentativa desesperada do sujeito em fazer com que o ambiente volte a ser seguro como anteriormente à essa separação, logo requisita e culpa o ambiente pela cisão e angústia sofrida:

A tendência antissocial representa o SOS ou o *cri de coeur* da criança que, em um estágio ou outro foi deprivada, deprivada da provisão ambiental que seria apropriada na idade em que lhe faltou. A deprivação alterou a vida da criança; causou-lhe aflição intolerável e a criança está com a razão em reclamar o reconhecimento do fato de que “as coisas estavam bem e, depois, não ficaram bem” e que isso constitui um fator externo, fora do controle da criança (WINNICOTT, 1994, p. 54)

Ao postular sobre o fenômeno supracitado Winnicott (1994) não quer dizer que a criança “caiu do paraíso” para o “inferno” do abandono e da falta, mas sim que, *a priori* as coisas iam bem, isto é, estavam suportáveis, mas *a posteriori*, com a consumação da falha ambiental em atender a criança e suas necessidades, ocorre uma reação extrema, na qual o sujeito ataca o ambiente, não para destruí-lo, mas para que ele volte a ser como antes, estável e confortável.

Diante disso, atitudes como o roubo, a agressão, a mentira e a destruição dirigidas ao mundo externo são exercidas pelo sujeito como modo de reivindicar o que acredita que seria seu por direito – a mãe-ambiente (WINNICOTT, 2000). Nesse contexto, o antissocial não se sentiria, por exemplo, roubando, uma vez que remover algo do mundo seria como pegar algo da bolsa da mãe, pois seria como tomar algo que, na sua percepção, já lhe pertenceria. Desse modo, o antissocial visualizaria a sociedade como sendo sua, cabendo, por conseguinte, a ele decidir e impor o que importa ou não, o certo ou errado, quem deve ou não existir, etc. Ademais, todas essas questões seriam tomadas a partir de seus ideais, pois por se considerar inteiro e o outro como falho, o antissocial tem como norte suas próprias noções de mundo, pois a falta gerada pela deprivação ambiental só seria solucionada única e especificamente a partir do que ele acredita ser a solução dessa problemática.

Tem-se, então, a privação como fator central da tendência antissocial para Winnicott (1999), uma vez que seria este evento o causador de todo o caos gerado pela retirada da sustentação ambiental que estava sendo fornecida ao sujeito. Diante disso, aquele que sofre a privação está consciente do que teve e do que acabou de perder, e isso lhe causa um sofrimento abundante, pois o que ele deseja estaria próximo a sua memória, no entanto, distante do seu presente. Conseqüentemente a esse fenômeno, o ódio toma conta dessa vivência tida pelo sujeito como injusta.

O comportamento antissocial (roubar, mentir, não se preocupar ou poder ver o outro como inteiro, agredir o outro e o mundo em menor ou maior escala, etc.) surge então como uma maneira percebida pelo sujeito de lidar com a privação causada pela mãe-ambiente, e assim se instaura como forma de ser e estar no mundo. Por meio desses comportamentos, o anti social visa inconscientemente obter novamente a sustentação e a confiabilidade no outro. Porém, os efeitos de seu comportamento geram justamente o inverso: a desconfiança social, a agressão, o afastamento do outro, o não reconhecimento do outro. Em suma, o anti social a partir dos ganhos secundários de seu comportamento está constantemente reiterando seu abandono e o seu vazio – é por isso que precisa roubar, mentir, atacar o outro para sempre! Pois o outro surge como uma ameaça para o antissocial, justamente por refletir a ele a sua própria falta, a sua diferença e incompletude (WINNICOTT, 2000; FREUD, 2020).

Logo, para conseguir sustentar a sua sensação imaginária de completude, o antissocial repudia o outro em sua diferença, pois reconhecê-lo seria se deparar com o abandono primordial, com a sua falta. Atacar a diferença seria então o escudo anti social para se proteger do sentimento de abandono gerado pela privação da mãe-ambiente.

A pessoa antissocial é, em outras palavras, um pobre bebê desamparado que "berra" desesperadamente ao mundo palavras de ordem e *slogans* vazios, na tentativa falha de negar a sua própria fragilidade. No entanto, ele somente faz esse enfrentamento pelas sombras ou em condições em que está protegido, nunca se colocando em pé de igualdade para enfrentar o outro e o mundo, visto que é, e se sente impotente para tal feito. Como já dizia Montaigne “a covardia é a mãe da crueldade” (1980, p. 317).

Aqui pode-se notar a proximidade ou mesmo identidade entre o antissocial, o tirano e o homem cruel, ambos impõem que todos dependam dele e que todos lhe prestem submissão. A arrogância e o autoritarismo que os compõe corresponde diretamente a uma defesa maníaca contra o abandono que os constitui, na tentativa de reconstituir o ambiente confiável anterior à falha ambiental e se defender do outro que é estranho - pois é tido como diferente e incompleto,

mas, ao mesmo tempo, é semelhante, pois elucida a sua própria falta. Tais características são totalmente contrárias às premissas de um estado democrático, pois não há como se haver com a democracia sem se haver com a diferença do outro, respeitando-a e reconhecendo-a como possível.

Surge então uma questão: como construir uma sociedade democrática? De acordo Winnicott (1999) de nada vale impor uma estrutura democrática num contexto em que não há pessoas que suportem e defendam esse modo de ser/estar com o outro, ou seja, antissociais, principalmente se esses forem representantes políticos do corpo social, como por exemplo, governantes e legisladores. Uma possível alternativa valiosa para a construção de uma sociedade democrática seria apoiar sujeitos saudáveis, ou seja, que se reconhecem e reconhecem o outro como inteiros, mesmo em suas diferenças. Portanto uma liderança com características saudáveis/maduras, para Winnicott, teria uma maior probabilidade de instalar numa sociedade premissas democráticas.

Fazendo um recorte para a atual conjuntura política brasileira, nota-se desde às eleições de 2018 uma maior ascensão de governantes e parlamentares e demais lideranças políticas conservadoras e até mesmo neofascistas (CEPEDA, 2018; GALVÃO, 2019; TELLES, 2018; VELASCO & CRUZ, KAYSEL, CODAS, 2015; SOLANO, 2018). A título de exemplo tem-se os comportamentos do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que através do seu movimento (o Bolsonarismo), instaura no Brasil um projeto político antidemocrático e de rechaça à diferença. Em todo o seu governo, o Bolsonaro elucida comportamentos mentirosos, agressivos, de não reconhecimento e percepção do outro, principalmente, das minorias sociais (como as pessoas em situação de vulnerabilidade social, as mulheres, as pessoas negras, os LGBTQIA+, indígenas, etc.), refletindo modelos internacionais da direita alternativa (*alt-rights*) ou da nova direita (GALVÃO, 2019; TELLES, 2018), que podem ser analisados a partir do conceito de antissocial. (WINNICOTT, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero atravessa significantes sociais estigmatizados e hostis em suas instituições representativas. Diante disso, a comunidade LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais identidades de gênero e sexualidades diferentes da heteronormatividade cisgênero que não estejam na sigla) tem vivenciado, conforme registros, um turbulento processo de negligência e de invisibilização de seus direitos, percebidos principalmente após a década de 1980, onde

culminam a maior articulação do movimento LGBTQ+ e a redemocratização do Brasil. Embora houvesse uma subcultura homossexual, relativamente, estruturada nos dois principais centros urbanos do Brasil na década de 1960, foi somente em 1980 que a temática da homossexualidade se inseriu no campo do debate eleitoral (TREVISAN, 2004).

Neste contexto, a título de exemplo, o até então deputado estadual João Batista Breda (PT-SP) buscou, em 1986, a reeleição através de uma plataforma “assumida”. Neste mesmo ano, o ex-guerrilheiro e exilado político durante a ditadura militar, Herbert Daniel, realizou papel fundamental na promoção de debates internos no Partido dos Trabalhadores (PT) sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Ademais, ele teria sido um dos primeiros candidatos a se assumir enquanto LGBTQ+, e, juntamente ao movimento da esquerda, realizou discussões sobre temas alternativos, como a homossexualidade, a defesa dos direitos de soropositivos e a preservação ambiental – ressalta-se que ambos os candidatos foram eleitos (SANTOS, 2016).

Em 1990, há o desabrochamento de mais candidaturas assumidamente LGBTQ+ no Brasil. A título de exemplo, o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1996, desenvolveu um evento com alguns pré-candidatos às eleições municipais. Entre estes, foram identificadas dez pessoas LGBTQ+: oito gays, uma travesti e uma lésbica. Estes que, assinaram um manifesto que defendia, dentre outras coisas, a necessidade de que “políticos homossexuais lutem pela aprovação de leis que garantam a cidadania também para as minorias sexuais”. É então, neste ano, que ocorre o reconhecimento de uma travesti enquanto pré-candidata à uma eleição municipal. Além disso, foi ainda em 1996 que outra travesti, Kátia Tapety, foi eleita como vereadora na cidade de Colônia do Piauí (PI) - sendo considerada como a primeira travesti a ocupar um cargo eletivo no Brasil⁷.

Ao todo, foram contabilizadas 429 candidaturas de travestis e mulheres transexuais entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil - cada caso se refere a uma candidatura. Para as candidatas que participaram em mais de uma eleição, seus nomes (social ou de registro) foram contabilizados em cada pleito.

⁷ “Manifesto dos pré-Candidatos Homossexuais do Brasil – 1996”. Disponível em: <http://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/09/manifesto-dos-pre-candidatos.html>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

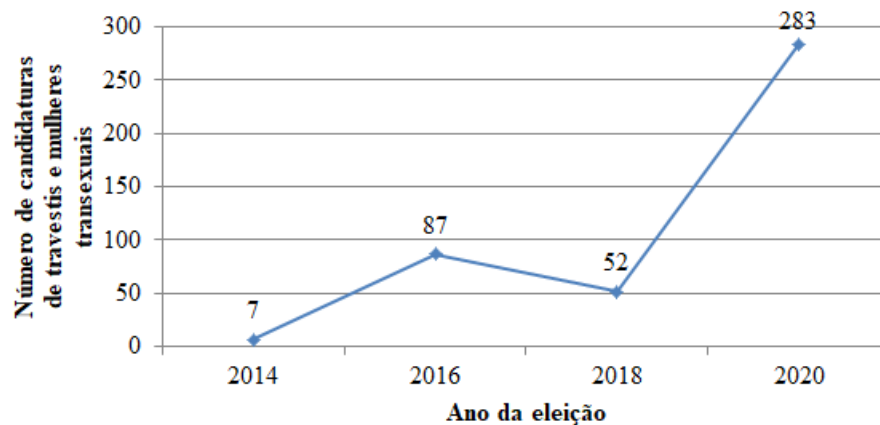


Figura 1. Gráfico 1 - Evolução das candidaturas de travestis e mulheres transexuais (2014 a 2020).

Fonte: ANTRA, 2021.

No que concerne ao número de candidaturas de travestis e mulheres transexuais, é possível observar um aumento expressivo entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Se em 2014 foram identificadas apenas 7 candidatas, em 2016 este número aumentou para 87. Já entre 2016 e 2018, nota-se um rebaixamento destas candidaturas, de 87 casos para 52. Em contrapartida, entre as eleições de 2018 e 2020, nota-se novamente o aumento do número de candidatas, passando de 52 casos para 283. Segundo Silva (2016), este salto expressivo no número de candidaturas nestes anos estaria ligado a dois possíveis fatores: a maior visibilidade da temática LGBT+ na opinião pública e o fato desta ter se transformado numa “questão de governo” desde a inserção do PT no Poder Executivo Federal.

Uma agenda política de tolerância à diferença dispôs a entrada ao poder político dos diferentes e isso gerou uma reação (não espontânea) das alas mais conservadoras da sociedade brasileira. Enquanto a agenda política dos governos petistas promoveu maior tolerância ao possibilitar aos cidadãos a convivência saudável com a diferença, grupos conservadores que estão estruturados há décadas na sociedade brasileira promoveram uma reação em escala, atijando os comportamentos anti sociais e a violenta intolerância em forma de discursos e campanhas, sob a mais terrível ameaça de que a diversidade sexual destruiria a família. (CEPEDA, 2018; GALVÃO, 2019; PEREIRA DA SILVA, 2018; SOLANO, 2018; VELASCO E CRUZ, 2015)

A cultura política marcada por valores tradicionais reflete-se nos resultados eleitorais de mulheres transexuais e travestis. Nas eleições nacionais (de 2014 e 2018) o percentual de travestis e mulheres transexuais eleitas foi nulo, havendo ocorrência de eleitas apenas nas eleições municipais constatou-se 8 casos em 2016 e 27 em 2020. Assim, não há como afirmar

e/ou comprovar uma tendência no aumento do número de candidatas eleitas nestes anos, visto que há apenas dois casos de eleições municipais em que isso ocorre. Em contrapartida, pôde-se detectar 2020 como expressivo o número de candidaturas (283 casos), embora baixo o número de travestis e mulheres transexuais eleitas (27 casos em 58.208 cadeiras nos legislativos municipais). Também não há registros de eleitas para os cargos de prefeita, deputada estadual e federal e senadora, embora existissem candidaturas.

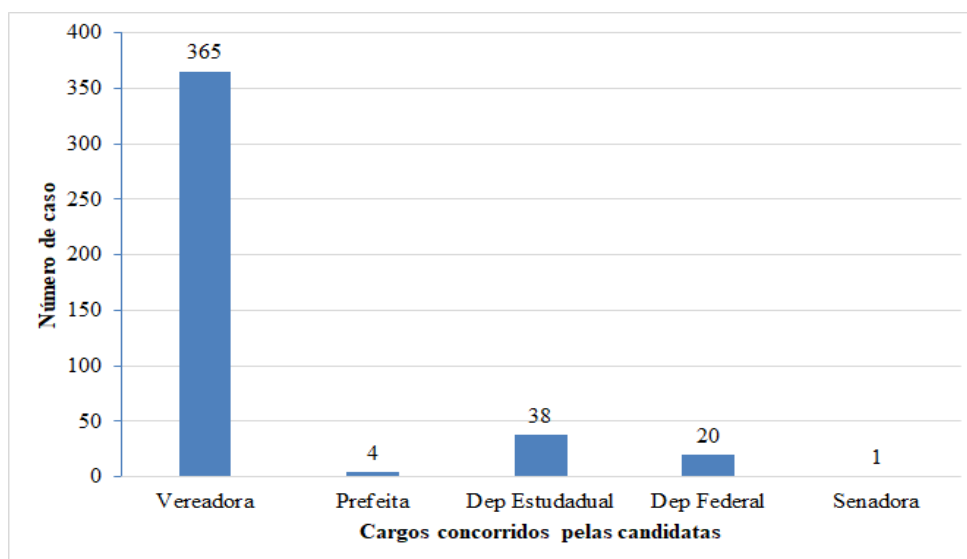


Figura 2. Gráfico 2 – Cargos concorridos pelas candidatas travestis e transexuais (2014 a 2020).

Fonte: ANTRA, 2021.

Em relação aos cargos pleiteados pelas candidatas, em 2014 identificou-se 3 para deputada federal e 4 para deputada estadual (nenhuma das candidatas foi eleita). Já em 2016 foram 84 candidaturas para vereadora (das quais 8 foram eleitas), e 2 candidaturas para prefeita (não eleitas). No ano de 2018 foram 17 candidatas para o cargo de deputada federal, 34 para deputada estadual e 1 para senadora, mas nenhuma dessas chegou a se eleger. Por fim, em 2020 observou-se 281 candidaturas para o cargo de vereadora (das quais 27 foram eleitas) e 2 candidatas para prefeita, não eleitas.

Como já esperado, o cargo de vereadora foi o mais disputado pelas candidatas travestis e mulheres transexuais nas eleições ocorridas entre 2014 e 2020 (365 casos) – uma vez que este também é o cargo mais disputado pela população em geral. Além disso, pôde-se detectar que somente candidatas a este cargo foram eleitas nestes anos (35 casos). Vale lembrar que o cargo de vereadora é o mais “baixo” na hierarquia das carreiras políticas, visto que demanda da

candidata o menor quantitativo de votos para o sucesso eleitoral e, conseqüentemente, tem menos influência política (MIGUEL, 2003). Ante a esses dados, surge uma questão: porque travestis e mulheres transexuais somente foram eleitas para o cargo de vereadora nessas eleições?

Uma possível explicação para este fato é, dentre outras coisas, a LGBTfobia. Violência que, por ser concebida de modo natural, ou seja, como uma norma pela maior parcela da população brasileira, acaba se tornando estrutural neste país. Assim, este fenômeno é entendido como a causa das coordenadas que sustentam as representações sociais hostis e estigmatizadas que invisibilizam, marginalizam e violam os direitos e a dignidade humana das pessoas LGBT+ no Brasil. Ademais, por ser um fenômeno social desenvolvido pelos sujeitos inseridos na cultura, a LGBTfobia se repercute em diversos espaços – sendo um deles a arena política.

Portanto, a reafirmação desta violência na política seria, possivelmente, a causa para que estas candidaturas de travestis e mulheres transexuais não venham a ascender em outros cargos eleitorais, e são limitadas, por consequência do preconceito, ao cargo de vereadora.

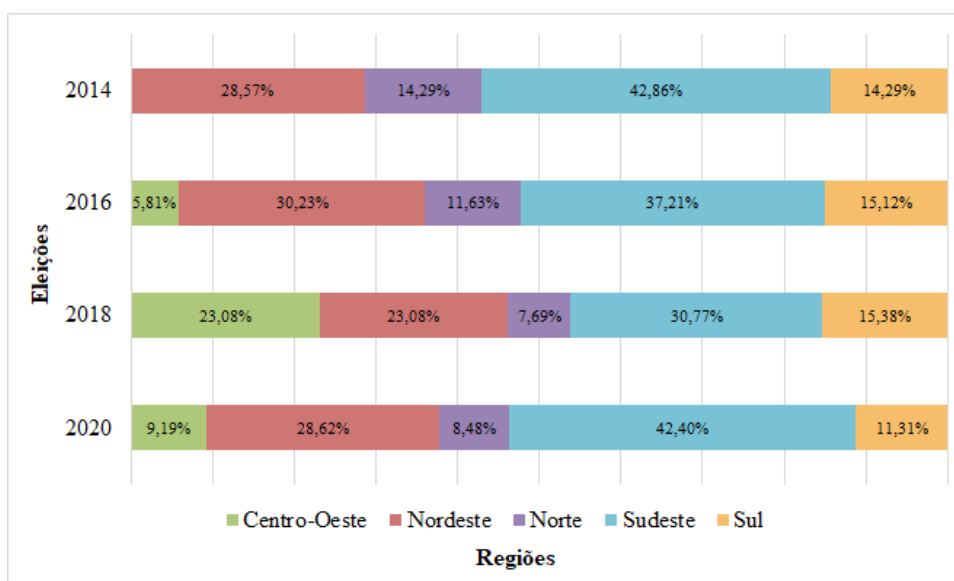


Figura 3. Gráfico 3 – Número de candidaturas de travestis e mulheres transexuais em porcentagem por cada região brasileira (2014 a 2020).
Fonte: ANTRA, 2021.

Geograficamente, as candidaturas de travestis e mulheres transexuais estão concentradas nas regiões Sudeste (39,95% do total), Nordeste (28,27%) e Sul (12,62%), que também são as regiões mais populosas do Brasil. Sendo assim, as regiões Norte (9,11%) e Centro-Oeste (10,05%) são aquelas que apresentaram o menor índice de candidaturas deste

público nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Este dado já era o esperado, uma vez que são nas maiores regiões brasileiras que há uma maior oferta de espaços de sociabilidade e de consumo para a comunidade LGBTQ+, podendo indicar que a convivência maior com a diferença, bem como a maior articulação política dos movimentos LGBTQ+ refletem em maior representação política para essa comunidade.

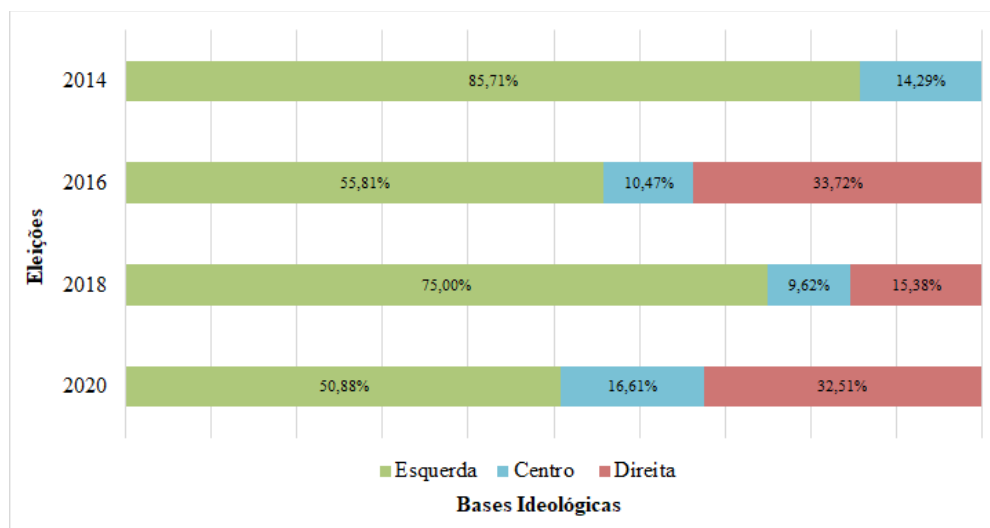


Figura 4. Gráfico 4 – Filiação Partidária das candidatas travestis e transexuais (2014 a 2020).

Fonte: ANTRA, 2021.

Por fim, ao analisar a filiação partidária das candidatas identificou-se que a maioria estava vinculada a partidos políticos de esquerda (55,37% dos casos), tais como: PT, PSOL e PCdoB. Talvez, o que explique essa preponderância em filiações com partidos de esquerda seja a importância dada por eles às minorias sociais e aos movimentos desses grupos subalternos, e ainda, aos direitos sexuais e de gênero em suas clivagens político-ideológicas.

Em contrapartida, também houveram casos de candidatas filiadas a partidos de direita (30,14% dos casos) – sendo o segundo maior percentual. A partir do conceito de capital político de Bourdieu (1989), pode-se compreender que este fenômeno estaria interligado ao fato de que, possivelmente, nem todas as candidatas travestis e transexuais tiveram a experiência pregressa de militância política no movimento LGBTQ+ e que seu capital político tenha se desenvolvido

em outros contextos. Diante disso, essas candidaturas estariam mais ligadas a arranjos e conveniências políticas locais do que com as pautas e agendas do movimento LGBT+. Já as candidaturas filiadas a partidos de centro ocuparam o último lugar de acordo com os dados (com 14,49% dos casos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise descritiva dos dados, identificou-se 429 candidaturas de travestis e mulheres transexuais entre as eleições de 2014 a 2020 no Brasil - o que demonstra a sub-representação dessa minoria política. Ademais, foi possível notar um aumento de candidaturas a cada ano - sendo 2020 o ano recorde de casos, como 283 concorrentes e 27 eleitas. Em relação aos cargos pleiteados pelas candidatas, constatou-se, como esperado, que o mais disputado foi o de vereadora (com o total de 365 casos), e ainda, que as candidatas travestis e transexuais somente foram eleitas em eleições municipais para este cargo, e nunca em cargos executivos. Outro aspecto evidenciado, foi que as candidatas travestis e transexuais não foram eleitas em eleições nacionais para cargos de deputada federal, estadual, senadora e/ou presidenta. Esses dados reforçam o argumento do rechaço à diferença no sentido de que o perfil de pessoa transexual e travestis não cabem na norma que define o perfil para a representação política.

Sobre os aspectos geográficos, observou-se que as candidaturas desta minoria política estão concentradas nas regiões Sudeste (39,95% do total), Nordeste (28,27%) e Sul (12,62%). Já em relação à filiação partidária, pode-se visualizar que a grande maioria das candidatas estavam vinculadas a partidos de esquerda (55,37% dos casos). A esquerda, ao possibilitar maior diversidade em suas candidaturas, também reflete um eleitorado com perfil mais tolerante à diferença, com menor rechaço à diversidade e à convivência democrática com a representação plural.

Em suma, este trabalho buscou contribuir para a produção de conhecimento sobre a cultura política brasileira e o rechaço à diferença, aplicando essas teorias aos dados estatísticos das candidaturas de travestis e mulheres transexuais nas eleições de 2014 a 2020 no Brasil. Dessa forma, cremos ter atingido o objetivo de ampliar debates acerca da representação descritiva de grupos sociais subalternos neste país, e ainda, sobre o ativismo político de mulheres travestis e transexuais nas instituições políticas representativas brasileiras lançando luz sobre essa questão a partir da literatura sobre a cultura política, desde a Ciência Política, e a partir da literatura sobre o rechaço à diferença, desde a Psicanálise.

Ressalta-se que, pela complexidade do tema, outras pesquisas devem ser realizadas para discutir aspectos não contemplados neste estudo, a saber: o motivo pelo qual as candidatas travestis e transexuais somente foram eleitas em cargos com menor poder político, como o de vereadora e ainda, o fator ligado a não ascensão destas candidatas nas eleições nacionais nestes anos, a partir de estudos qualitativos e de maior profundidade analítica desses casos.

Também compreendemos que o esforço aqui empreendido pode inspirar novos trabalhos na interface entre a Ciência Política e a Psicanálise, leitura sempre mais profícua se intermediada pela Sociologia, que há mais tempo construiu pontes com a psicanálise.

Referências

- Adorno, T. (2005). *Educação após Auschwitz*. Educação Online. Disponível em: <http://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>. Acesso em outubro de 2021.
- Almond, G., & Verba, S. (1963). *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press.
- ANTRA. (2021) *Mapeamento das candidaturas de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans: 2014; 2016; 2018; 2020*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.
- Assuar, G., & Polistchuck, L. (2019). Psicanálise e estudos de gênero: uma com-versa. In: CECCARELLI, P. R. et al. *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. 1. ed. São Paulo: Zagodoni.
- Bobbio, N. (1985). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. (tradução de Marco Aurélio Nogueira). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bourdieu, P. (1989) “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”. In: *Bourdieu, P. O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Carballo, M., & Moreno, A. (2013). *El cambio de valores en América Latina*. Ciudad de México: CESOP.
- Cepêda, V. A. (2018). A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações*, Londrina, v. 23, p. 40-74. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p40>. Acesso em fevereiro de 2021.
- Cheresky, I. (2015). *El nuevo rostro de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Freud, S. (1976). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (2020). *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Coleção Obras Incompletas de Sigmund Freud, Tradução de Maria Rita Salzano Moraes, Belo Horizonte: Autêntica.
- Fraser, N. (2006) Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 231-239. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 23 out. 2021.
- Grupo Gay da Bahia. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- Galvão, L. (2019) *A nova direita brasileira chega ao Palácio do Planalto: uma análise do fenômeno e seus paralelos com a Alternative Right*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex (ILGA). *Homofobia de Estado*. 13 ed. Ginebra: ILGA. 2019.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2009). *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.
- Kitschelt, H. (2000). Linkages between citizens and politicians in democratic polities. *Comparative Political Studies*, v. 33, n. 6/7, p. 845-879.
- Lima, D. M. O. (2012). *Diálogos entre a Sociologia e a Psicanálise: o indivíduo e o sujeito*. Salvador: Edufba.
- Montaigne, M. D. (1980). *Ensaaios*. São Paulo: Abril Cultural.
- McGraw, K. Political impresiones: formation and management. IN: Sears, D., Huddy, L., & Jervis, R. (Eds.). *Oxford Handbook of Political Psychology*. New York: Oxford University Press, p. 394-432.
- Miguel, L.F. (2014) *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Pereira da Silva, F. (2008). A tradição do pensamento político na nova hegemonia das direitas: algumas questões preliminares. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p.46-53.
- Pitkin, H. F. (2006) Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ed. 67, p. 15-47.
- Przeworski, A. (1989). *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Putnan, R. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Quinet, A. (2020). Entre o inconsciente e a cultura: o sujeito. In: Tepermen, D., Garrafa, T., & Laconelli, V. (2020). *Gênero*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

- Rico, G. (2008). *La construcción política del carisma: las imágenes de los líderes y su impacto electoral en España*. Tese de doutorado en Ciencia Política Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona.
- Santos, G. G. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 33, p. 58 - 96.
- Saward, M. (2006). The Representative Claim. *Contemporary Political Theory*, n. 5, p. 297-318.
- Solano, E. (2018). *Crise da democracia e extremismos de direita*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Disponível em: <https://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em maio/2020.
- Trevisan, J. S. (2004). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6a. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Transgender Europe (2006). TMM annual report 2016. *TvT Publication Series*, v. 14, p. 1 - 28.
- Telles, H. (abril de 2018). Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos Alternative-rights. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.25-30.
- Velasco e Cruz, S., Kaysel, A., & Cudas, G. (2015). (orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Urbinati, N. (2006). O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, n. 67. São Paulo, p. 191-228.
- Verztman, J., & Ferreira, F. P. (2020). Psicanálise, norma e normatividade. In: BIRMAN, J. et al. *Psicanálise e Política*. 1. ed. São Paulo: Zagodoni.
- Winnicott, D. W. (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1999). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.